



Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Speda; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Celso Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zarusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Pércies Meilo - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª
LEGISLATURA
ATA DA 035ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1996
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimento:

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Votação em Bloco das Proposições constantes da Ordem do dia da

presente sessão

Sala das Sessões, em 23 10 96

(a) NELSON GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta encerrada a Hora do Expediente
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

A votação será em bloco. Os Deputados que quiserem acompanhar o veto do Sr. Governador deverão votar com a cédula SIM. Os que rejeitarem o veto, terão que colocar no envelope a cédula NÃO.

Item 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 024/95, veto apostado ao Projeto de Lei n.º 136/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Autoriza a instalação de uma unidade da Delegacia de Acidentes de Trânsito em Maringá. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/CTL/SEEG n.º 145/95.

Curitiba, 19 de julho de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 053/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1.º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 136/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Proj. de Lei n.º 136/95, encontra-se publ. no DA n.º 40/95, de 16.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 024/96

PARECER:

A presente Proposição de Veto n.º 024/95, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei n.º 136/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia de Acidentes de Trânsito, na cidade de Maringá.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo constitucional

Dessa forma, a presente proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis

E o Parecer

Sala das Comissões, em 27.09.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

CARLOS SIMÕES - Relator.

Item 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 004/96, veto aposto ao Projeto de Lei n.º 062/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/CTL/SEEG n.º 284/95

Curitiba, 21 de dezembro de 1995.

Senhor Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 249/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 062/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos

Objetiva o autógrafo tornar obrigatória a instalação de "porta eletrônica de segurança individualizada e de câmaras de filmagem, gravação e fotografia, nas agências e postos de serviços bancários e em todos os acessos destinados ao público". Visa, ainda, estabelecer características técnicas de tais equipamentos e definir as sanções a que ficariam sujeitos os que infringissem as pretendidas disposições legais.

O veto aposto ao projeto de lei em referência decorre do pormenorizado Parecer n.º 245/95, da Procuradoria Geral do Estado, que endosso plenamente e cujo inteiro teor segue em anexo, no qual ficam bem demonstrados aspectos de inconveniência, inoportunidade e ilegalidade de

que se reveste a medida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Proj. de Lei n.º 062/95, encontra-se publ. no DA n.º 22/95, de 22.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 004/96

PARECER

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices a normal tramitação da Proposição do veto n.º 04/96, aposto ao Projeto de Lei n.º 62/95, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Cesar Seleme, que torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

E o Parecer

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente.

ANTONIO ANNIBELLI - Relator.

Em votação

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Mais uma vez, a exemplo do que ocorreu ontem, em razão de entendimento com os Deputados que são os autores dos projetos que foram vetados pelo Governo e até mesmo no meu entendimento ontem, com a Mesa Executiva, na colocação destes vetos na Ordem do Dia, digo que todos estão liberados para votar diante do seu entendimento. Não há nenhuma posição firmada e nós aqui deixamos bem claro isso, a exemplo de ontem, com relação à manutenção ou derrubada do veto.

No entendimento dos Deputados proponentes Cesar Seleme e Joel Coimbra, em entendimento com ambos, confirmei a eles da liberdade de dizer que votaremos NÃO à manutenção dos vetos, porque entendemos que são dois projetos autorizatórios e que podem, evidentemente, num futuro bem próximo, ser

atendidos pelo Governo do Estado. Não vejo razão para que se vote na manutenção do veto e sim, na sua derrubada, Sr. Presidente.

O SR. ANGELO VANHONI - (Pela Ordem)

Queria fazer uma consulta ao Líder do Governo. Esta sua posição de liberar o voto em relação aos vetos que estão sendo apostos nesta Casa de Leis, é uma manifestação da vontade da liderança, expressão espontânea da consciência da liderança ou é por causa do clima de insatisfação e de insubordinação que existe na Assembleia Legislativa em relação aos últimos resultados eleitorais do Governo do Estado do Paraná?

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu acho um tanto quanto intempestiva a sua colocação, Deputado Vanhoni, eu tenho tomado estas posições em várias outras ocasiões, até mesmo no ano passado, quando votamos aqui favoravelmente a vários vetos, porque entendemos que não há uma razão e tenho até dado este entendimento a Procuradoria do Estado, à Casa Civil, de que quando o projeto é autorizatório, não há razão para se vetar. Este é o meu entendimento.

E a colocação, a liberação das bancadas não tem nada a ver com qualquer clima de insatisfação. Muito pelo contrário. Os Deputados têm total liberdade para votar da melhor forma que entenderem. Não tem nada a ver, absolutamente, com a sua colocação, Deputado Vanhoni. Tenho certeza que Vossa Excelência devera votar pela derrubada do veto, e eu lhe faço este apelo.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela ordem) - Eu

fico satisfeito com sua explicação, Deputado Algaci Túlio, e acho que é procedente. Estou

pensando se mantenho ou se derrubo o veto. Até a hora da votação eu vou decidir.

O SR. ALGACI TÚLIO - É uma dúvida cruel da sua parte.

O SR. ELIO RUSCH (Pela ordem) - Só para registrar a presença em plenário do Prefeito de Mercedes, Lídio Schneider, bem como do Secretário de Educação desse Município, Leo Rickmann, que nos honram com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado pela Mesa Executiva, pelo Presidente Aníbal Khury e por nós todos, pelas ilustres visitas em nosso Plenário.

O Senhor Primeiro Secretário fará a chamada nominal dos senhores Deputados. **(É procedida a chamada nominal).**

Votaram 46 senhores Deputados.

Convido os ilustres Deputados Orlando Pessuti, Algaci Túlio, Caio Quintana, Luiz Claudio Romanelli, Joel Coimbra e Angelo Vanhoni para comporem a mesa escrutinadora, sob a presidência do Deputado José Maria Ferreira.

46 senhores Deputados: 2 votos, SIM; 44 votos, NÃO. Consequentemente, **Rejeitado o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quinta-feira, dia 24, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 057/96.

Levanta-se a sessão